

O PAIZ E GAZETA NACIONAL: Imprensa, memória e abolição no Rio de Janeiro

Andréa Santos da Silva Pessanha

O Paiz e a *Gazeta Nacional* foram jornais produzidos e lidos pela Geração de 1870. A partir dos dilemas, contradições e projetos de desenvolvimento para o Brasil feitos pelos integrantes deste grupo, foi construído um discurso de aproximação ou de afastamento em relação às causas abolicionista e republicana. Ao mesmo tempo em que pensavam o destino político e social do país, reafirmavam que a imprensa (e os jornalistas, particularmente) tinha a missão de intervir na formação de valores, conduta, hábitos para que o Brasil seguisse o caminho do progresso e da civilização.

Os dois jornais contaram com expoentes do Partido Republicano em suas redações. Quintino Bocaiúva atuou em *O Paiz* e Aristides Lobo na *Gazeta Nacional*. O primeiro periódico afirmava uma neutralidade no que tange à campanha republicana, porém, uma leitura atenta de suas páginas indica a simpatia pela república desde seus números iniciais. Já a *Gazeta Nacional*, trazia por subtítulo *Órgão Republicano*, explicitando sua ligação com os adeptos da causa no Rio de Janeiro. Nos momentos finais da escravidão, as duas folhas veicularam artigos contundentes pelo término do cativeiro e suas construções narrativas foram reveladoras de qual memória da abolição pretenderam formar.

A Geração de 1870 foi constituída por um leque de escritores que refletiu sobre o Brasil do último quartel do século XIX, propondo mudanças para que o país entrasse no ritmo, por ela considerado, do progresso das nações da Europa Ocidental e dos Estados Unidos da América. Essa mocidade frequentou as faculdades de Direito em Recife e em São Paulo, as faculdades de Medicina no Rio de Janeiro e em Salvador, estudou na Escola Militar e na Politécnica, fundou sociedades, clubes e pequenos jornais. Organizou atividades como comícios, conferências, banquetes, quermesses, festas beneficentes, viagens de propaganda e passeatas. Divulgou suas ideias através de manifestos, artigos, circulares eleitorais e livros.

A imprensa foi o principal meio de propagação das propostas, recebendo uma função especial para esta Geração: era um veículo considerado civilizador, pois através dela se convenceria ao maior número de pessoas das mudanças necessárias para o Brasil entrar no rumo

do progresso. A campanha pelos jornais coadunava os espaços da ação na sociedade, a formação de identidades e de construção de memória (PESSANHA, 2010).

A geração de 1870 foi por excelência heterogênea em termos de origem social, filiação intelectual e formação de alternativas políticas para o Estado. Contava com membros da tradicional aristocracia, como Rui Barbosa, e com descendente de escravos, como José do Patrocínio. Em termos de regime político, oscilava entre os defensores da monarquia federativa, como Joaquim Nabuco, ou do modelo republicano, como Silva Jardim. Ainda entre os republicanos, podemos distinguir os que entendiam a república como concretização do ideal do *self-made-man*, enfatizando uma sociedade aberta aos talentos e contrária a privilégios hereditários para ocupação do poder, como Saldanha Marinho, ou que centravam suas atenções nos interesses das elites regionais, na descentralização política, como Rangel Pestana (ALONSO, 2002).

A formação desta Geração ocorreu num contexto de prosperidade econômica brasileira, que engendrou a substituição do trabalho escravo pelo livre e o surgimento de novos atores sociais que passaram a pressionar por um maior espaço político. Os setores médios urbanos cresciam desde meados dos Oitocentos em decorrência do aumento da circulação de capital, da ampliação do número de instituições de crédito, da melhoria do sistema de transporte e de comunicação. A extinção do tráfico internacional de escravos possibilitou maior fluxo de capitais, sendo, em parte, responsável por essas transformações.

A Corte, sede de *O Paiz* e da *Gazeta Nacional*, recebeu investimentos, além de ser o centro político e administrativo do Império. Uma prática comum para essa Geração foi deixar sua província de origem - como fizeram o maranhense Joaquim Serra e o paraibano Aristides Lobo - e se estabelecer no Rio de Janeiro, em busca de visibilidade e oportunidade de carreira.

Joaquim Serra na seção Tópicos do Dia, de *O Paiz*, destacou as qualidades dos jovens professores da Escola Politécnica, que conseguiram cargos a partir de suas competências, através dos concursos, tendo a projeção social alcançada por meio de seus conhecimentos:

Mas o pessoal docente da Escola Politécnica passou sempre por muito capaz, distinto entre os mais doutos.

Ali ocupa com grande brilho suas cadeiras, tiradas todas de concurso, uma mocidade esperançosa, sendo já alguns dos professores notabilidades muito respeitáveis na ciência (*O Paiz*, 16/12/1884).

O artigo foi publicado em defesa da Escola Politécnica, pois seu corpo docente foi questionado pelo Parlamento. Os professores foram acusados de pouca permanência na Escola e de manutenção de cursos, praticamente, sem alunos. Joaquim Serra disse que existiam desconfianças de ser o abolicionismo dos jovens professores o motivo das críticas recebidas: “Se, como foi dito na imprensa, é o abolicionismo da Escola Politécnica seu grande pecado, o país saberá absolvê-la de semelhante culpa” (O Paiz, 16/12/1884). O envolvimento com a causa antiescravista foi apontado com a razão da avaliação negativa sobre Politécnica no Parlamento. Mas, para o autor, o futuro iria redimi-la, pois era por uma questão maior. Verificamos que a imprensa era entendida como o espaço em que a Escola seria resgatada. A absolvição passaria pela justificativa apresentada naquele momento no periódico.

Na trajetória da Geração de 1870, a ação intelectual e a política dos homens públicos estavam interligadas (ALONSO, 2002). A perspectiva de carreira no Império era vinculada ao Estado, com destaque para a assunção de cargos no Legislativo. “A imprensa era, na verdade, um fórum alternativo para a tribuna, importante principalmente para o partido na oposição muitas vezes sem representação na casa, não sendo independente do governo e da organização partidária” (CARVALHO, 1996, p. 46).

Angela Alonso (2002) realizou estudo específico sobre a Geração de 1870 e entendeu que o pensamento e ação política de seus integrantes poderiam ser sistematizados a partir de quatro grupos. Acompanhando a classificação da autora, identificamos que *O Paiz* e a *Gazeta Nacional* representavam a vertente denominada liberais republicanos. A seguir, apresentamos a diferenciação estabelecida por Alonso porque consideramos importante para compreensão das estratégias discursivas presentes nos dois jornais e qual memória da abolição e de seus agentes desejavam que fossem consolidadas.

Tecendo a articulação entre trajetória de vida, opções teóricas e propostas políticas para o Brasil, Alonso (2002, p. 165-222) identificou os novos liberais, os liberais republicanos, os positivistas abolicionistas e os liberais federalistas como as quatro tendências existentes entre os críticos da ordem monárquica. Na atuação política da Geração de 1870, apenas os novos liberais defenderam que as mudanças deveriam ocorrer dentro do regime monárquico, enquanto os demais sustentavam que a república era a solução para os problemas brasileiros. Foi a partir de

uma experiência comum de marginalização frente à ordem saquarema, ou seja, de não terem seus interesses representados pelo Estado que, segundo a autora, os grupos de contestação foram formaram-se.

Os novos liberais eram monarquistas e criticavam, principalmente, a manutenção da escravidão pelo Estado. A abolição era o ponto nevrálgico para o grupo, constituído por homens que tinham aproximação com a família imperial ou que pertenciam à ala mais reformista do Partido Liberal. Além das mudanças na relação de trabalho, uma revisão da estrutura fundiária, com o estímulo à pequena propriedade, chegava a ser formulada. Seus expoentes atuaram na Corte, entre eles encontramos Joaquim Nabuco, Gusmão Lobo e André Rebouças. Este, em discussão com o grupo republicano da Corte, após a abolição da escravatura afirmou que era “infinidamente melhor a monarquia federativa popular e democrática de Joaquim Nabuco; opulenta de aspirações nobres e altruístas” (*Cidade do Rio*, 20/06/1888), que a indecisão dos republicanos em relação à revisão da estrutura fundiária e com uma postura dúbia sobre a indenização.

Os liberais republicanos eram originados da dissidência liberal que fundou o Partido Republicano de 1870. A Corte também foi o espaço da ação política destes homens. Para além dos descontentes com a queda do Gabinete Zacarias, passou a abrigar, a partir da segunda metade da década de 80, um grande número de profissionais liberais. Portanto, homens não completamente dependentes da propriedade em condição escravista. No momento de sua constituição, Saldanha Marinho foi o principal expoente do grupo. Sob sua proteção ingressaram na vida pública Quintino Bocaiúva e Salvador de Mendonça, redatores do Manifesto Republicano de 1870. “Homens sem fortuna, desajudados de proteções eficazes, unicamente escudados pela inteligência foram palavras de Bocaiúva” (1986, p.53) para qualificar o grupo político com quem tinha afinidade no Rio de Janeiro. O jornalista caracterizava-os como homens de ideias que constituiriam a carreira por meio da competência. Neste mesmo sentido, *O Paiz* teceu críticas ao regime monárquico por reconhecê-lo como favorável a uma sociedade de privilégios, não estimulando o crescimento através das virtudes e dos talentos:

Não basta saber mandar, porque esta função só por si pode ser exercida por qualquer, sem nenhum preparo científico e sem nenhuma aptidão demonstrada (...)

Entre nós o caso é outro. Nos que governam, nos que legislam, no que administram, dispensa-se o saber e a competência: basta que seja filhote, protegido, favorito perante ou recomendado de alguma potência eleitoral. Além da dinastia imperial, temos uma série de outras dinastias que se perpetuam no governo, no Parlamento, na diplomacia, no funcionalismo. (8/01/1888).

A república para os liberais republicanos estava ligada à busca das liberdades individuais e de uma sociedade mais aberta aos talentos e às virtudes. A descentralização política e a mudança no sistema de representação, abrindo espaços a novos agentes sociais, eram o cerne das reivindicações do grupo. De seu início até meados da década de oitenta, teve uma atuação modesta e híbrida em relação ao Império, principalmente com a presença dos liberais no poder entre 1878-1885, com a ascensão do Gabinete Sinimbu. A partir de 1885, a oposição do grupo ao Império foi intensificada. Entre seus expoentes, encontramos Quintino Bocaiúva, Aristides Lobo e Lopes Trovão.

Os positivistas abolicionistas tiveram uma ação política, principalmente, a partir das escolas superiores do país, em especial os egressos das Escolas Militar e Politécnica, das faculdades de Direito de São Paulo e de Recife, e da Escola Normal de São Paulo. Para este grupo, o lema positivista de ordem e progresso só chegaria ao Brasil com o fim do cativo e com a proclamação da república. A abolição da escravidão era inegociável, a ponto de Ribeiro de Mendonça ser expulso do Centro Positivista por Miguel Lemos tendo como pano de fundo o fato de possuir escravos. As divergências teóricas não foram primordiais para seu afastamento (ALONSO, 2002, p. 210-211). A escravidão era condenada essencialmente pelo aspecto moral, pois degenerava a sociedade como um todo.

De acordo com os três estágios do positivismo, a monarquia era inferior a república. A forma evolutiva, natural, sem sobressaltos deveria encaminhar a chegada da república. No Brasil, o ideal era aguardar a morte de D. Pedro II. Defendiam a ditadura republicana, com um Executivo forte e intervencionista. O ditador republicano teria um cargo vitalício e escolheria seu sucessor. Através dele, uma república social seria implantada (CARVALHO, 1990, p. 41). Entre seus expoentes, encontramos Miguel Lemos, Sílvio Romero e Benjamim Constant. Silva Jardim, também integrante do grupo, discursando no Clube Republicano de São Paulo, em 07 de abril de

1888, afirmou ser a república “a síntese da evolução histórica da Humanidade, cidadãos, vai nos provar que ela tende inteira para o regime republicano” (1978, p. 94).

Os positivistas abolicionistas também tinham divisões internas. Os ortodoxos, sob a liderança de Miguel Lemos, defendiam a não intervenção na vida partidária e o não exercício de atividades ligadas ao Estado. Pelo primeiro motivo romperam com Silva Jardim e pelo segundo com Benjamim Constant. Silva Jardim apoiou em 1886 a candidatura do republicano Quintino Bocaiúva, fato que acarretou seu desligamento da Igreja Positivista do Brasil (FERNANDES, 2004, p.110). Da mesma forma, tivemos positivistas membros do Exército e professores da Escola Militar, sob a liderança de Benjamim Constant, que rompeu em 1882 com a Sociedade Positivista, futura Igreja Positivista do Brasil (CARVALHO, 1990, p. 42).

Os liberais federalistas eram, basicamente, filhos de estancieiros gaúchos e cafeicultores paulistas. Possuindo pouca representação nos gabinetes imperiais, não conseguindo interferir diretamente nas questões que envolvessem os negócios de suas províncias, ingressaram no Partido Republicano de São Paulo ou no do Rio Grande do Sul. A autonomia provincial foi a principal bandeira. Após a conclusão do curso superior, em geral de Direito (canal aberto para o Parlamento), seus integrantes não buscavam construir uma carreira jornalística ou dedicar-se ao funcionalismo público na Corte. Fixavam-se em suas províncias, distanciando-se de uma tendência da Geração de 1870, pois representavam, acima de tudo, os interesses regionais. Procuraram demonstrar cientificamente que a república federativa era superior à monarquia. Utilizaram o positivismo como repertório da política científica e defenderam que a república deveria chegar de forma evolutiva. Entre os expoentes do grupo, encontramos Júlio de Castilhos e Pinheiro Machado, pelo Rio Grande do Sul, Alberto Campos, Prudente de Moraes e Rangel Pestana, por São Paulo. Em carta a Francisco Glicério – colaborador do jornal *A Província de São Paulo* - redigida em 10 de junho de 1885, Prudente de Moraes explicitou como os interesses provinciais marcaram sua atuação no Parlamento:

Recebi tua carta de 7 do corrente.

Fiquei muito satisfeito com a notícia de que meus discursos agradaram aí na província aos amigos e até aos adversários políticos, pois é essa a minha única ambição. (...) O meu 2º discurso saiu hoje no Diário Oficial, lê e julga-o com franqueza. **A nossa atitude na Câmara não agrada muito aos republicanos cá da corte, máxime aos exageradamente abolicionistas;** o Aristides Lobo, que ouviu os meus discursos, disse-me que achou-os muito bons, gostou muito

das minhas qualidades ou dotes de orador (expressões, dele), mas que as idéias são conservadoras!!... **Felizmente o nosso objetivo é satisfazer aos republicanos e, desde que estejam satisfeitos conosco, pouco importa a opinião dos tais republicanos da corte, que são tão bons que até agora não conseguiram organizar partido** – Grifo nosso (FREITAS, 2000, p. 76-77).

O texto de Prudente de Moraes é providencial para pensarmos as diferenças e aproximações existentes entre os quatro grupos de contestação delimitados por Angela Alonso. *O Paiz* e a *Gazeta Nacional* foram redigidos por homens ligados aos liberais republicanos, a partir da sistematização da autora. A identificação por tendências não implicou que os escritores estivessem presos a objetivos, ações políticas ou a teorias que inviabilizassem o diálogo e a comunhão de estratégias entre os membros dos específicos grupos da Geração de 1870.

As palavras de Prudente de Moraes explicitaram uma diferença entre os republicanos federalistas e os liberais republicanos, através da divergência com Aristides Lobo, no que tange ao encaminhamento da abolição. Segundo Moraes, a estratégia proposta não agradava aos membros do Partido no Rio de Janeiro, porém estes não eram o grupo com maior organização política. Em 1885, Lobo era contrário à defesa da libertação de acordo com as necessidades de cada província, seguindo um princípio federalista. Avaliava este projeto como conservador.

Aristides Lobo e Quintino Bocaiúva foram representantes dos liberais republicanos. Foi na Corte que conseguiram projeção política na carreira jornalística a ponto de integrarem o Governo Provisório, como reconhecimento da importância dos dois na propaganda republicana. Bocaiúva nasceu na província do Rio de Janeiro, em 1836. Lobo nasceu, em 1839, em Mananguape, Paraíba. Durante o Império, foram deputados-gerais e na República conseguiram postos políticos. Bocaiúva foi por duas vezes senador, em 1889 e 1909, e presidente do Rio de Janeiro entre 1900-1903. Lobo foi integrante da Primeira Constituinte, como representante do Distrito Federal, e senador de 1892 a 1896, ano de seu falecimento.

Como outros membros da Geração de 1870, Aristides Lobo foi advogado e integrou a Confederação Abolicionista. Participou das folhas *O Amigo do Povo* e o *Diário de Notícias*. Ingressou no partido republicano na primeira hora, sendo um dos signatários do Manifesto Republicano. É considerado pela historiografia como representante da ala mais radical do movimento no Rio de Janeiro (NEVES, 2003, p. 34-35), demonstrou inquietude com a não participação do povo no momento da Proclamação da República.

Quintino Bocaiúva matriculou-se no curso de Direito em São Paulo, mas não concluiu por problemas financeiros. Destacou-se na redação de *O Globo* e da *A República*. Fez intensa propaganda abolicionista em *O Paiz*, sendo um dos grandes homenageados pela imprensa com o 13 de Maio¹. Segundo seu contemporâneo Evaristo de Moraes, os artigos do jornalista eram mais voltados para a abolição do que para a causa republicana (MORAES, 1985, p.10-13). Em 1889, foi eleito presidente nacional do Partido Republicano, derrotando Silva Jardim. Bocaiúva, em 1911, meses antes de seu falecimento, explicitou descontentamento com os rumos da República após o 15 de Novembro. Aquela não era a república de seus sonhos e, certamente, também não era a de muitos republicanos: “Que reminiscências podem ser as minhas? (...) São as não poucas amarguras que tenho suportado, ao ver que ainda hoje andamos por longe do futuro que sonhamos na aurora de 89... Felizmente, se há consolo, é este de que a República está aí.” (BOCAIÚVA, 1986, p. 93).

Nos textos de Quintino Bocaiúva e de Aristides Lobo, o tema da liberdade individual era muito caro, representando devidamente um projeto republicano pautado no liberalismo, no espírito do *self-made-man*, que não se coadunava com o Estado centralizado brasileiro, onde ainda existia a escravidão.

Como expressão da dinâmica social do final do Segundo Reinado, os artigos veiculados na *Gazeta Nacional* e em *O Paiz* não representavam somente formulações teóricas ou análises circunstanciais de seus autores, carregavam também uma proposta de ação em um contexto em que campo intelectual e campo político não existiam separadamente (ALONSO, 2002). Por meio da imprensa, construíram identidades para o presente e projetavam imagens para o futuro, contribuindo intencionalmente na constituição da memória dos movimentos em que estavam envolvidos.

Os próprios nomes atribuídos aos jornais em questão sinalizaram os objetivos, os interesses políticos e as identidades do grupo que dirigia as folhas. *O Paiz* e *Gazeta Nacional*, produzidos por uma intelectualidade da Corte, por onde transitavam interesses de todo o Império e uma visão mais cosmopolita, foram denominações indicativas das preocupações que envolviam

¹ Quintino Bocaiúva era estimado por Dom Oba II, homem reconhecido como príncipe pela população escrava e liberta do Rio de Janeiro. Segundo Eduardo Silva : “Apesar de militarem em campos políticos opostos, o Príncipe referia-se a Bocaiúva como ‘meu amigo Quintino Bocaiúva’. Ele levava em conta especial o fato que o republicano era conhecido como o ‘Príncipe das Letras’, por sua produção poética e dramática de juventude” (1997, p.38).

os intelectuais que estavam a sua frente. O nome dos periódicos implicava que temas abrangendo interesses do país, problemas nacionais seriam tratados. Tinha um apelo para o pensar a nação e não somente o regional, característica tipicamente dos liberais republicanos. Já *A Província de São Paulo* e o *Correio Paulistano* foram denominações oferecidas pelos republicanos federalistas e tratariam das demandas provinciais.

Foi em nome do progresso da nação brasileira que *O Paiz* e a *Gazeta Nacional* saíram em defesa da abolição da escravatura. Por apresentarem aproximação com a causa republicana, buscaram construir uma memória do processo abolicionista, deixando a monarquia, a Princesa Isabel, D. Pedro II como figuras secundárias no processo. Para a os dois periódicos, a abolição foi resultado da ação dos escravos, do povo brasileiro. A regente apenas respondeu ao clamor popular que já tinha feito a abolição nas ruas.

O Paiz e a *Gazeta Nacional* destacaram a ação dos abolicionistas. No período imediatamente anterior e posterior à Lei Áurea, o papel da imprensa, as conferências, as caixas emancipacionistas, a participação do Parlamento eram apresentados como ações cruciais. Porém, particularmente, a *Gazeta Nacional* era contundente: foi o escravo quem fez a abolição.

Em dezembro de 1887, a *Gazeta Nacional* procurava demonstrar que as estratégias dos escravos para alcance da alforria não conturbavam a sociedade. O respeito à ordem ocorria no contexto que para os segmentos proprietários correspondia à desordem. Ou seja, mesmo provocando a desestruturação do escravismo, as fugas coletivas dos cativos eram marcadas pela sua disciplina para este jornal. Aproveitavam estes momentos para reforçar a imagem do governo imperial como contrário ao processo em curso. A folha afirmava que a monarquia propagava, através de suas vozes na imprensa, uma imagem que não correspondia à conduta dos que lutavam pelo fim de seu cativeiro:

Contestando a preposição injusta e de todo o ponto inexata de que os escravos fogem ao trabalho em busca da vida errante, cruzando as estradas em ociosa vagabundagem, como o governo manda apregoar por seus esforçados defensores, dissemos que longe de ser assim, tem causado surpresa e pasmo o espírito de ordem por eles manifestados (23/12/1887).

Esta opção por transformar o escravo no principal agente de 13 de Maio correspondia ao interesse de enfraquecer o papel de redentora da Princesa Isabel. A rigor, apresentavam um

contraponto como se de um lado estivessem os monarquistas defendendo a figura da regente e de outro os republicanos que reconheciam no povo, através da ação do escravo, o ator principal da conquista da liberdade.

Para os liberais republicanos, a monarquia deveria ser cristalizada como a que usou de violência (ao contrário dos escravos fugitivos) contra os abolicionistas e não como a que facilitou o trâmite para o fim do escravismo:

Do governo, porém, que deverá ser o mantenedor da ordem e o guarda da tranquilidade e do direito, partem violências e morticínios praticados contra o povo, ensanguentando as cidades centrais e lançando o terror e o desânimo em meio das populações pacíficas que se reúnem em comícios populares para discutir seus interesses em presença da autoridade (*Gazeta Nacional*, 4/12/1887).

Este é o parâmetro que pretendiam construir sobre os agentes da abolição: de um lado os cativos, que ordeiramente conquistavam a alforria, e de outro o Estado, personalizado na princesa Isabel, que reprimiu enquanto pôde essa demanda popular. Não cabia exaltação à regente em função do 13 de Maio.

A preocupação com a formação da memória da escravidão e da abolição pode ser observada em títulos atribuídos a vários artigos. Assim, em 28 de dezembro de 1887, a *Gazeta Nacional* publicou *Para a História da escravidão, um documento importante*, espaço em que reproduzia uma carta de Conde Valladares escrita em Vila Rica no ano de 1772, na qual o autor exigia que os escravos fugitivos fossem marcados. Já *O Paiz* publicou de outubro de 1884 a fevereiro de 1885 um conjunto de artigos intitulados *Documentos para a História*, fazendo crítica à ordem monárquica no que tange à restrição da liberdade individual. Para *O Paiz*, os fatos citados no artigo eram as fontes sobre a crise do Império que deveriam ficar registradas na História.

Em 29 de abril de 1888, a *Gazeta Nacional*, escrevendo sobre o processo de abolição e destacando seus atores, afirmou que dois acontecimentos *atestavam no presente e indicavam no futuro* as características do movimento que resultou na abolição. Um era a conduta impecável dos cativos em fuga coletiva nas fazendas de São Paulo. Com disciplina, segundo o jornal, não encontrada em tropas militares. A outra era a generosidade dos escravos de Nova Friburgo que conseguiram a alforria do proprietário, porém, em retribuição, recusaram-se a receber salário

para não haver comprometimento da produção. Esta era a identidade que se construía no presente e deveria ser projetada para o futuro em relação ao negro e a abolição. Era alguém que agia com disciplina e generosidade para resolver seus interesses diretos. Em oposição à regente que utilizava a violência para combater os abolicionistas e sustentava por tanto tempo uma sociedade de privilégios.

O destaque para a participação do negro na abolição aproxima-se de uma leitura da historiografia sobre este processo com a qual compartilhamos (SILVA, 2003; MATTOS, 1998; MACHADO, 1994; CHALHOUB, 1990). Busca-se o entendimento dos espaços de negociação, de conflito e de conquista dos cativos na sociedade brasileira, ampliando a compreensão da dinâmica social da escravidão e de seu fim. Supera-se a noção de escravo-coisa, escravo passivo, recebendo a generosidade da elite abolicionista. Começa-se a analisar as formas quotidianas de luta dos escravos em cada contexto.

O Paiz e a *Gazeta Nacional* ao abordarem a atuação dos abolicionistas destacavam que não incentivaram o levante dos escravos. Eles buscavam o fim do regime compulsório através do Parlamento e dos jornais. Se a palavra era a principal arma de luta, a imprensa era um cenário privilegiado de combate. A defesa desta conduta coincide com a prática paternalista desta intelectualidade do Rio de Janeiro ao se lançar na luta pela abolição. O objetivo era não convulsionar a sociedade, estimulando movimentos que resguardassem a ordem e a segurança da boa sociedade (MACHADO, 1991; PESSANHA, 2004; PEREIRA, 2009).

Os jornais desejavam que estas características fossem registradas pelos historiadores ao abordarem a dinâmica abolicionista no Brasil. Ou seja, atuavam explicitamente no que Gilberto Velho (2003, p. 97-105) considera como elementos fundamentais no processo de constituição de identidade, articulando memória e projeto de futuro ao padronizarem comportamentos e valores para a atualidade e representações que deveriam ser eternizadas.

Os textos divulgados em *O Paiz* e a *Gazeta Nacional* colaboravam na cristalização das lembranças e dos esquecimentos de fatos e de agentes relacionados à abolição da escravidão a partir da perspectiva dos liberais republicanos. Fizeram, portanto, parte do jogo do que aquela Geração intencionava que fosse eternizado ou preterido (BARBOSA, 2010, p.131). As narrativas apresentadas nestes jornais foram representantes do que Le Goff (2003, p. 422) denominou de

*Disputas Políticas e
Práticas de Poder*

II SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO MARANHÃO OITOCENTISTA

ISSN 2236-9228

07 a 10 de junho de 2011

Local: Universidade Estadual do Maranhão – UEMA
Prédio da Arquitetura, Centro Histórico, São Luís - MA

senhores da memória. Os autores eram detentores de poder na medida em que forjavam e disseminavam uma dada versão sobre os acontecimentos.

Referências

- ALONSO, Angela. **Idéias em movimento**. A geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**. Brasil. 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- BOCAIÚVA, Quintino. **Idéias políticas de Quintino Bocaiúva**. Cronologia, introdução, notas bibliográficas e textos selecionados por Eduardo Silva. Brasília: Senado Federal/ Rio de Janeiro: FCRB, 1986, vol. 1.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**. O imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. **A construção da Ordem**: a elite política imperial; **Teatro de sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- FERNANDES, Maria Fernanda. **A esperança e o desencanto**: Silva Jardim e a república. Tese de Doutorado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2004.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.
- MACHADO, Humberto Fernandes. **Palavras e brados**: a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro. 1880-1888. Tese de Doutorado, São Paulo: USP, mimeo, 1991.
- MACHADO, Maria Helena. **O plano e o pânico**: os movimentos sociais na década da abolição. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, São Paulo: EDUSP, 1994.
- MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**. Os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- MORAES, Evaristo. **Da monarquia para a república (1870-1889)**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In. FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília (orgs) **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1940**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. “Vão se os anéis e ficam os dedos”: escravidão, cotidiano e idéias abolicionistas no Maranhão do século XIX. In. GALVES, Marcelo; COSTA, Yuri (orgs.). **O Maranhão Oitocentista**. São Luís: Editora UEMA, 2009.

PESSANHA, Andréa Santos. **Da abolição da escravatura à abolição da miséria**. A vida e as idéias de André Rebouças. Rio de Janeiro: Quartet/UNIABEU, 2005.

_____. Memória e missão: *O Paiz e Gazeta Nacional*. Imprensa do Rio de Janeiro (1884-1888). **Revista Tempos Históricos**, vol. 14, n.2, 2010, p. 207-225.

SILVA, Eduardo. **Dom Oba II, D'África, o Príncipe do Povo**. Vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. **As camélias do Leblon e a abolição da escravatura**. Uma investigação de história cultural. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

VELHO, Gilberto. Memória, identidade e projeto. In. **Projeto e Metamorfose**. Antropologia das Sociedades Complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

FONTES

Cidade do Rio – junho de 1888

Gazeta Nacional - dezembro de 1887; abril de 1888

O Paiz – dezembro de 1884; janeiro de 1888

FREITAS, Clovis Glycerio. **Jornada republicana. Francisco Glycerio**. São Paulo: Plexus Editora, 2000.

SILVA, Antonio Jardim. **Propaganda republicana (1888-1889)**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1978.